

Povos Indígenas no Brasil

Fonte GAZETA DE NOTÍCIAS

Class.: 518

Data 20/10/81

Pg.:

Antropólogos da PUC Críticos a "Indianidade"

O Departamento de Antropologia da Pontifícia Universidade Católica de São Paulo divulgou manifesto para "prestar seu mais irrestrito apoio" à posição assumida pela Associação Brasileira de Antropologia (ABA) na denúncia dos indicadores de indianidade arrolados pela Fundação Nacional do Índio. Esses indicadores, conforme declaração da presidenta da ABA professora Eunice Durhan, em entrevista recente, constituem-se na prática em "critérios racistas e fascistas para estabelecer a partir de normas arbitrárias quem é e quem não é índio."

Um documento da PUC, firmado pela chefe do Departamento de Antropologia, professora Josinete Gomes Consorte, e pelo diretor da Faculdade de Ciências Sociais, professor Edgar de Assis Carvalho, afirma-se que "sob o pretexto de resguardar os interesses das populações indígenas, os indicadores voltam-se contra todos que, embora se definindo como índios, não se encaixam nos critérios formulados pela Funai. Tais grupos — prossegue o manifesto — estariam assim pagando o preço de sua destribalização, ou seja, da incúria do órgão responsável pelo exercício de sua tutela, que é a própria Funai."

Andreazza: "Vamos Acelerar Demarcação Das Terras Indígenas"

O Ministro Mário Andreazza, do Interior, disse, ontem, na solenidade de posse do Coronel Paulo Moreira Leal, na presidência da Funai, que "todo nosso empenho é no sentido de acelerar ao máximo, esse programa de demarcação e regularização de terras, com o propósito de delimitar, de modo claro e inquestionável, as terras a serem preservadas, segundo o mandamento constitucional, em favor dos índios, daquelas áreas destinadas a expansão de nossas fronteiras agrícolas."

No seu pronunciamento, o Ministro Andreazza enalteceu o trabalho desenvolvido pelo Coronel João Carlos Nobre da Veiga, à frente do órgão, revelando:

— A Funai, contando com a participação do Serviço Geográfico do Exército, está executando a demarcação e a regularização de terras indígenas que chegam a 7 milhões de hectares, em 25 áreas destinadas, a maior parte delas situadas na Região Norte.

Destacou, ainda, a tarefa da Funai no cumprimento do programa "para o desenvolvimento das comunidades indígenas, com ações de grande amplitude nos setores de saúde, educação, pesquisa, formação e treinamento de pessoal especializado, assistência técnica, creditícia, tudo destinado a melhorar os padrões de bem-estar, de segurança e de desenvolvimento das comunidades indígenas espalhadas por todo o país."

LEGISLAÇÃO

Depois de recordar que "a nossa história, conquanto episódios percalços, registra inabalável diretriz de respeito e de amor a pessoa do índio e as comunidades tribais", Andreazza acentuou:

— Creio se deva recordar que possuímos uma legislação que talvez não encontre similar em qualquer outro país, a própria Carta Magna, nossa lei fundamental, estipula a integridade da posse e do usufruto da terra ocupada pelos silvícolas, na configuração de que a terra se confunde com o próprio índio, como parte essencial dos seus valores e sem a qual, certamente, iria o nativo desaparecer nos escaninhos de nossa sociedade, por tudo isso entendo que esse problema não é apenas de natureza fundiária, na verdade, agestão da terra indígena extrapola a este aspecto fundiário, para assumir verdadeiro sentido antropológico.

TRABALHO

Sobre a ação do Governo Federal, no cumprimento da política indígenista nacional, Andreazza ressaltou:

— O Governo do Presidente João Figueiredo, através do Ministério do Interior, e com

o apoio que destado do Ministério do Exército, do Ministério da Aeronáutica e de Missões Religiosas, dentre outras instituições, vem cumprindo programa de trabalho sem precedentes em nossa vida administrativa, em benefício das populações primitivas.

CREDORES

Estes são os deveres — prosseguiu Andreazza, que em nome da consciência nacional estamos procurando cumprir sei que os episódios percalços a que me referi contribuíram para que não houvesse integral confiabilidade das lideranças indígenas, para com a sociedade envolvente, compreendo e respeito essa atitude, anima-me contudo a crença de que pela perseverança e pela coerência, na defesa dos superiores interesses das comunidades indígenas, haveremos todos de nos tornar credores da confiança e do apoio dos nossos índios, no seio da ampla e coesa família brasileira.

Ao empossar Paulo Moreira Leal, na presidência da Funai, o Ministro Mário Andreazza lembrou que ele "quando na ativa, desempenhou missões de grande relevância, juntos aos órgãos da segurança nacional, onde se especializou em assuntos estreitamente associados as atividades do Ministério do Interior, particularmente, na área indígena" acrescentando:

É agora convocado para assumir a própria presidência do órgão, em garantia da plena e integral continuidade do esforço do Governo Federal na assistência as comunidades indígenas e na preservação dos seus fundamentais valores, espirituais e materiais.

O Coronel Paulo Moreira Leal, é profundo conhecedor das questões indígenas desde a época em que integrava as missões da Força Aérea Brasileira, na Amazônia, e mais recentemente, na 3ª Subchefia da Secretaria Geral do Conselho de Segurança Nacional. Além disso ultimamente Paulo Moreira Leal vinha ocupando o cargo de assessor da presidência da Funai.

Na mesma solenidade, realizada no auditório do Ministério do Interior, o Ministro Mário Andreazza deu posse, também, ao Coronel João Carlos Nobre da Veiga, ex-presidente da Funai, na direção da Secretaria Especial da Região Sudeste — SERSE — abrangendo atividades nos Estados do Rio de Janeiro, São Paulo, Minas Gerais, e Espírito Santo em substituição ao Cel. Antônio Henrique Osório de Noronha, que dela se afastou voluntariamente, por razões de interesse particular.